



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça

José Rony Silva Almeida

Corregedor-Geral

Carlos Augusto Alcântara Machado

Coordenadora-Geral

Ana Christina Souza Brandi

Ouvidora

Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg

Colégio de Procuradores de Justiça

José Rony Silva Almeida (Presidente)
Moacyr Soares da Mota
José Carlos de Oliveira Filho
Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
Rodomarques Nascimento
Luiz Valter Ribeiro Rosário
Josenias França do Nascimento
Ana Christina Souza Brandi
Celso Luís Dória Leó
Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg
Carlos Augusto Alcântara Machado
Ernesto Anízio Azevedo Melo
Jorge Murilo Seixas de Santana (Secretário)
Paulo Lima de Santana (Suplente do Secretário)
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes

Secretário-Geral do MPSE

Manoel Cabral Machado Neto

Assessor-Chefe do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Eduardo Barreto d'Ávila Fontes

Escola Superior do Ministério Público de Sergipe

Diretor-Geral: Newton Silveira Dias Junior

Coordenador De Ensino: Henrique Ribeiro Cardoso

Conselho Superior do Ministério Público

José Rony Silva Almeida (Presidente)
Procurador-Geral de Justiça
Carlos Augusto Alcântara Machado
Corregedor-Geral

Membros

Ana Christina Souza Brandi
Eduardo Barreto d'Ávila Fontes
Paulo Lima de Santana
Manoel Cabral Machado Neto
Secretário

SEQUÊNCIA DOS ÓRGÃOS / PUBLICAÇÕES

1. Procuradoria Geral de Justiça
2. Colégio de Procuradores de Justiça
3. Conselho Superior do Ministério Público
4. Corregedoria Geral do Ministério Público
5. Coordenadoria Geral do Ministério Público
6. Ouvidoria do Ministério Público
7. Procuradorias de Justiça
8. Promotorias de Justiça
9. Centro de Apoio Operacionais
10. Escola Superior do Ministério Público
11. Secretaria Geral do Ministério Público/Diretorias



1. PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

2. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)

3. CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

4. CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

5. COORDENADORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

6. OUVIDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

7. PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

(Não houve atos para publicação)





8. PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

5ª Promotoria dos Direitos do Cidadãos e Relevância Pública

Declínio de Atribuição

PROEJ nº 14.16.01.0018

DESPACHO

DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES

Trata-se de Inquérito Civil, instaurado através da Portaria n.º 17/2016, que apura o descumprimento das normas de segurança contra incêndio e pânico por diversos estabelecimentos comerciais situados nesta Capital, os quais não possuem Atestado de Regularidade emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Sergipe, abrangendo pousadas e clubes, conforme Ofício n.º 177/2017 - DAT e outros documentos adunados às fls. 583/609.

No decorrer da instrução, foi sancionada e publicada a Lei n.º 13.425, de 30 de março de 2017, a qual estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, a qual foi encaminhada para o conhecimento da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, por ter o referido Órgão de Execução Ministerial atribuição para a promoção de medidas ligadas à proteção da saúde e da segurança do consumidor.

Ocorre que a Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor já tem instaurado e em tramitação o Inquérito Civil (PROEJ n.º 10.16.01.0073), o qual trata da fiscalização de Casas de Shows e Clubes quanto ao cumprimento das normas de segurança contra incêndio e pânico, conforme atesta resenha anexa do Sistema PROEJ.

Sendo assim, percebe-se que tramitam 02 (dois) Inquéritos Cíveis sobre a mesma matéria em Promotorias de Justiça distintas, o que pode atrapalhar o andamento das investigações, confundindo os estabelecimentos comerciais fiscalizados, com o risco de prolação de decisões conflitantes.

Ante o exposto, para que sejam concentradas todas as medidas extrajudiciais e judiciais na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, a qual, com base na legislação retromencionada, possui atribuição para a tutela da segurança dos consumidores, determino a remessa deste Inquérito Civil, por declínio de atribuições, para o conhecimento e providências que entender cabíveis pela Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Aracaju.

Determino, outrossim, que seja publicada esta decisão de declínio de atribuições no Diário Eletrônico do MP/SE, para ampla publicidade.

Anotações no PROEJ.

Aracaju, 09 de junho de 2017.

MÔNICA MARIA HARDMAN DANTAS BERNARDES

Promotora de Justiça

9. CENTROS DE APOIO OPERACIONAL - CAOP'S

(Não houve atos para publicação)



10. ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

(Não houve atos para publicação)

11. SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO/DIRETORIAS

Diretoria de Recursos Humanos

Extratos de Nomeações, Exonerações, Aposentações - Servidores

ATO nº 242 de 07 de junho de 2017, que exonera Rodrigo Emmanuel Góis Rodrigues do cargo em Comissão Simples de Assessor Operacional, símbolo MP-CCS-5, do Quadro de Pessoal de provimento comissionado dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, a partir de 12 de junho de 2017.

Todos os Atos publicados nesta página estão disponíveis em sua íntegra no site www.mpse.mp.br. Aracaju, 12 de junho de 2017.

MANOEL CABRAL MACHADO NETO
SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
